



Indique o(s) artigo(s)
de interesse, através dos
marcadores abaixo,
(copie e cole no e-mail):



REVISTA DOS TRIBUNAIS, ANO 107, VOL. 998, DEZEMBRO DE 2018.

MULTIPARENTALIDADE: EXISTÊNCIA CONSTRUÍDA PELO AFETO

RT 998: 27 - 41

Cristiane Faria

RESUMO

A ideia aqui é apresentar as inúmeras possibilidades da inserção da mutiparentalidade no direito brasileiro, vínculo estabelecido por meio das relações afetivas.

JUSTIÇA MULTIPORTAS E A REFORMA TRABALHISTA

RT 998: 43 - 70

Vitor Salino de Moura Eça

RESUMO

A ética dúctil da sociedade brasileira conduz a um elevado número de demandas judiciais e, apesar do Poder Judiciário nacional estar entre os mais ágeis e produtivos do mundo, ele nem sempre consegue distribuir justiça em tempo adequado. Emergiu a necessidade de todos os atores sociais se comprometerem com a solução dos conflitos em sociedade. Sendo assim, novos métodos de composição de conflitos estão sendo postos à disposição, num extraordinário modelo a que chamamos de justiça multiportas, sendo a mediação e a arbitragem os mais aceitos, daí porque ambos estão sendo teorizados para possibilitar o melhor aproveitamento desses notáveis institutos.

O ACORDO EXTRAJUDICIAL DE NATUREZA INDIVIDUAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO COMO MÉTODO ALTERNATIVO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

RT 998: 71 - 91

*Raphael Lima Lemes Cornélio
Bruno Bartelle Basso*

RESUMO

O Poder Judiciário é muito demandado atualmente, encontrando dificuldades na distribuição da justiça, não obstante seu esforço. Métodos alternativos de resolução de conflitos podem auxiliar na pacificação social, como o acordo extrajudicial que aproxima as partes antes mesmo da propositura de uma reclamação trabalhista. O acordo extrajudicial mostra-se, não só, como meio de resolução de conflitos, mas como inibidor dos mesmos.

A INTERSEXUALIDADE E SEUS EFEITOS JURÍDICOS

RT 998: 93 - 127

*Camila de Almeida Alkmim França
Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas*

RESUMO

O presente artigo visa contextualizar a questão da intersexualidade na sociedade contemporânea, buscando possibilitar a não violação do princípio fundamental da dignidade humana, amparado pela Constituição Federal, bem como defender os direitos humanos que incluem os direitos da personalidade. Após a compreensão do conceito de intersexualidade, identidade de gênero e orientação sexual, o artigo apresenta a complexidade dos aspectos biológicos e psicossociais das pessoas com intersexo. Ademais, o artigo apresenta como o Conselho Federal de Medicina se posiciona em relação ao tema e abre uma discussão sobre a intervenção cirúrgica em pacientes com intersexo. Diante disso, demonstra-se os efeitos jurídicos e as barreiras enfrentadas pelos indivíduos que se encaixam na situação de intersexualidade. Por meio da análise da Lei 6.015/73 – Lei de Registros Públicos e de possíveis soluções para os impasses enfrentados pelos intersexuais desde o nascimento, o artigo foi elaborado no intuito de proporcionar uma leitura que desperta curiosidade sobre o tema, sempre voltada para a compreensão do próprio ser humano, da diversidade de gênero, igualdade, não-descriminalização e, acima de tudo, respeito.

CRISE DO RECURSO ESPECIAL E A FUNÇÃO CONSTITUCIONAL DO STJ: UMA PROPOSTA DE REFORMA

RT 998: 129 - 158

*Bruno Dantas
Isabel Gallotti*

RESUMO

O artigo realiza uma análise sobre a evolução do modelo de tutela do direito objetivo federal adotado pelo Brasil, lançando luz sobre os percalços e avanços da jurisdição infraconstitucional federal nos últimos 30 anos. Após realizar uma investigação acerca dos motivos que levaram o constituinte de 1988 a criar o STJ, bem como precisar as funções dos recursos para os tribunais de cúpula, explicita por que a instituição de um filtro de relevância da questão federal no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, no sentido que a EC 45/2004 fez para a questão constitucional no recurso extraordinário, seria importante para se poder realizar com mais qualidade e efetividade o controle da inteireza, unidade e autoridade do direito objetivo federal.

DEZ DIAS QUE ABALARAM O BRASIL

RT 998: 159 - 171

Fabiano Zavanella

RESUMO

Uma paralisação de caminhoneiros, no mês de maio de 2018, revelou não só a dependência do Brasil em relação ao transporte rodoviário, mas também a precariedade da malha intermodal brasileira. E mais: despertaram debates acerca da natureza jurídica do instituto da greve.

TRÊS ANOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO FEMINICÍDIO NO BRASIL: PRIMEIRAS PERCEPÇÕES E POSSÍVEIS DIAGNÓSTICOS

RT 998: 173 - 197

*Regina Cirino Alves Ferreira de Souza
Júlia Lambert Gomes Ferraz*

RESUMO

A qualificadora denominada feminicídio, seguindo uma tendência verificável em diversos países da América Latina, restou incorporada pelo ordenamento jurídico brasileiro em 2015. Passados mais de três anos de sua aprovação, nota-se o maior emprego do termo “feminicídio”, sinalizando uma melhora na compreensão social de que certas mortes ocorrem em razão do gênero feminino e não por motivos como o “excesso de amor” ou o “ciúme”. Por outro lado, verifica-se uma série de obstáculos e gargalos a serem contornados, entre eles o ainda baixo número de boletins de ocorrência e de medidas protetivas, bem como a fragilidade dos registros de dados e estatísticas dos Tribunais de Justiça estaduais. Dessa forma, cumpre analisar a compreensão social sobre o fenômeno da violência de gênero, mas, sobretudo, qual vem sendo o comportamento dos órgãos do sistema de justiça responsáveis pela aplicação da nova qualificadora.

PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: PARA ALÉM DO DISCURSO DO DÉFICIT

RT 998: 199 - 223

*Carina Kuhn Cardoso
Marciano Buffon*

RESUMO

O objetivo do estudo é analisar o custeio da Previdência Social e o suposto déficit do sistema previdenciário, especialmente considerando que é ele o principal mote da reforma previdenciária pretendida pelo governo com a PEC 287/2016. Verificou-se o discurso do Governo acerca da falência eminente do sistema previdenciário e, em contraponto, estudos que demonstram que a previdência é sustentável no modelo atual. Ao final, verificou-se que as razões que vinham sendo expostas acerca do déficit previdenciário não se coadunam com a realidade e que o financiamento dos benefícios previdenciários possui fontes de custeio suficientes. Destarte, conclui-se que, muito antes de uma reforma tão dura como se pretendia inicialmente com a PEC 287/2016, há diversas alternativas a serem exploradas.

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NO BRASIL E OS POSSÍVEIS IMPACTOS

RT 998: 225 - 239

*Fabiola Meira de Almeida Santos
Rita Taliba*

RESUMO

O presente artigo pretende abordar os principais aspectos e impactos da Lei Geral de Proteção de Dados, aprovada no Brasil em agosto de 2018.

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E SEUS IMPACTOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO

RT 998: 241 - 261

Ricardo Alexandre de Oliveira

RESUMO

Este trabalho se dedica a situar a Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018, mais conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, no ordenamento jurídico brasileiro, auxiliando na compreensão da abrangência de seu papel, especialmente ao que se refere à proteção da privacidade das pessoas naturais. Ademais, pretende-se apontar as principais inovações trazidas pela nova lei, em especial a criação de figuras jurídicas que aclaram e consolidam as responsabilidades dos agentes envolvidos no tratamento dos referidos dados.

OS IMPACTOS DA QUEDA DA MEDIDA PROVISÓRIA 808/2017 NA REFORMA TRABALHISTA

RT 998: 263 - 287

Lenara Giron de Freitas

RESUMO

Em meio à grave crise econômica, social e política, aprovou-se a maior Reforma Trabalhista do país, a Lei 13.467, em vigor desde 11 de novembro de 2017. Em seguida, homologou-se a Medida Provisória (MP) 808, em 14 de novembro de 2017, alterando-se a própria reforma, com modificações em mais de 42 textos de artigos, os quais se legitimaram desde a sua publicação e perderam a validade a partir de 23 de abril de 2018, causando grande repercussão no ano de 2018. O presente artigo consistiu em identificar os impactos da queda da MP 808/2017 na Reforma Trabalhista. Os resultados indicaram que, em alguns pontos, a MP evidenciou-se inócua e prejudicial ao ordenamento jurídico trabalhista, embora no contexto geral seu impacto tenha se revelado negativo à Reforma Trabalhista, marcada pelo descaso junto ao Congresso Nacional.

A CONDENAÇÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA DO EX-PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA E SEUS IMPACTOS EM 2018

RT 998: 289 - 317

José Tadeu de Barros Nóbrega

RESUMO

O ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva foi condenado em segunda instância pela 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. A condenação produziu efeitos no ano de 2018. Os efeitos foram, principalmente, dois: execução da pena restritiva de liberdade e inelegibilidade. A execução da pena restritiva de liberdade antes do trânsito em julgado da decisão condenatória encontra amparo nas jurisprudências do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

A inelegibilidade decorre da condenação, proferida por órgão colegiado, pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, como dispôs a Lei da “Ficha Limpa”.

DEMOCRACIA MUNDIAL E INTERNET COMO RESPOSTAS AOS EFEITOS TRAZIDOS PELA GLOBALIZAÇÃO

RT 998: 319 - 334

*Tarcisio Teixeira
Uiara Vendrame Pereira*

RESUMO

O presente trabalho objetiva apontar a necessidade de se reestruturar a sociedade em nível global em virtude dos efeitos trazidos pela globalização, em especial o fato de que os limites territoriais não mais contêm as decisões que são tomadas fora de territórios nacionais e sem sua participação, já que estas acabam por impactar profundamente em alguns países. Para tanto, propõe-se a criação de uma democracia mundial, que utilizará a internet como um instrumento eficaz de participação, vez que o ambiente virtual funcionaria como uma espécie de ágora digital, permitindo o debate entre os representantes legitimados e os cidadãos de todos os Estados nacionais, nas tomadas de decisão que impactem em seus territórios. As conclusões apontam que a internet serviria como instrumento capaz de efetivar a ideologia proposta pela democracia mundial, atendendo as necessidades dos Estados nacionais.

ALGUMAS PONDERAÇÕES CRÍTICAS QUANTO À REFORMA TRABALHISTA DE 2017

RT 998: 335 - 371

*Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson
Walkyria de Oliveira Rocha Teixeira*

RESUMO

Depois de um processo legislativo extremamente tumultuado, logo em seguida a uma sucessão presidencial conturbada, tem-se a aprovação da Lei 13.467/2017 que efetua sensíveis alterações na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) afetando sobremaneira as relações laborais no Brasil. Na pressa do governo em atender à demanda do setor empresarial, além de tentar alavancar a economia brasileira com a “modernização” das relações de trabalho, dispositivos extremamente questionáveis acabaram sendo aprovados. Com o fito de acalmar o baluarte de críticas, a Medida Provisória 808/2017 veio por suavizar a reforma, entretanto, não fora convertida em lei, perdendo sua vigência em abril de 2018, voltando-se ao status quo. A pesquisa em tela, fazendo uso de uma metodologia de análise qualitativa, usando-se os métodos de abordagem hipotético-dedutivos de caráter descritivo e analítico, adotando-se técnica de pesquisa bibliográfica, tem por desiderato fazer uma análise quanto aos principais pontos da reforma trabalhista efetuada no sistema jurídico brasileiro em 2017 pela Lei 13.467/2017 em atenção aos vetores axiológicos prescritos na Constituição Federal de 1988.

**A MUDANÇA DE POSICIONAMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM
RELAÇÃO À PRISÃO DEPOIS DA CONDENAÇÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA**

RT 998: 373 - 397

Mariana Ribeiro Santiago

RESUMO

Este artigo tem por objetivo o estudo do comportamento do Supremo Tribunal Federal ante a execução de decisão condenatória em segunda instância, antes do reconhecimento do trânsito em julgado do processo que a sustenta.

**AUTORITARISMO E RACISMO: AS ESTRUTURAS QUE MATARAM,
MUTILARAM E SUBJUGARAM AS MULHERES NO BRASIL EM 2018**

RT 998: 399 - 426

Soraia da Rosa Mendes

RESUMO

A partir de três casos emblemáticos de violências praticadas contra as mulheres, busco construir uma retrospectiva crítica sobre os eventos ocorridos em 2018 em contraste com as perspectivas da necessidade da discussão sobre os direitos das mulheres e as novas perspectivas de igualdade de gênero em destaque durante esse ano. O texto, advirto, não é alvissareiro. Para as mulheres, o novo ano chegou com morte e, ao longo de seus 365 dias, viu a laqueadura de uma mulher moradora de rua a mando de uma autoridade judiciária; e uma mulher negra, advogada, jogada ao chão e algemada em um Foro no Estado do Rio de Janeiro. Extermínio, mutilação, racismo. Marielle, Janaína, Valéria. Eis a síntese do que foi o 2018 para as brasileiras.

**PROTEÇÃO JURÍDICA DOS REFUGIADOS E A NOVA LEI DE MIGRAÇÃO:
DESLOCAMENTO DE VENEZUELANOS PARA O BRASIL**

RT 998: 427 - 449

Marília Gabriela Gomes de Oliveira Gradin

RESUMO

O presente artigo busca entender o fenômeno de deslocamento de pessoas no Brasil do ponto de vista jurídico, por meio do estudo comparado do instituto do refúgio em três vertentes: internacional, regional e local. Também é objeto de análise a sua proteção jurídica no contexto brasileiro, sob a ótica da nova Lei de Migração (Lei 13.445/2017) e do recente deslocamento de venezuelanos no Brasil.

**DIREITO DA CULTURA, DIREITO DO ENTRETENIMENTO E DIREITOS
CULTURAIS: DIFERENÇAS DE SENTIDO E CAMINHOS DE PESQUISA**

RT 998: 453 - 475

Nichollas Alem

RESUMO

O presente artigo propõe sistematizar algumas das propostas conceituais para os termos “Direito da Cultura”, “Direito do Entretenimento” e “Direitos Culturais”. Essas expressões são fruto de um movimento crescente de posituação da cultura, que não está acompanhado da respectiva produção acadêmica sobre o assunto. A revisão deste artigo deve contribuir para o amadurecimento do debate sobre esses temas e para a identificação de possíveis linhas de pesquisa.

**IMPACTOS DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO NO DIREITO CIVIL
E DO CONSUMIDOR: A QUESTÃO DAS RELAÇÕES CONTRATUAIS**

RT 998: 479 - 492

*Douglas Belanda
Ana Elizabeth Lapa Wanderley Cavalcanti*

RESUMO

Não é segredo que a sociedade, em linhas gerais, está evoluindo diariamente em velocidade ímpar, fato que é positivo. De toda sorte, em muitas oportunidades observamos que o direito, em sentido amplo, não acompanha tais mudanças. Em tal seara, como está se dando a evolução do direito civil e do consumidor (linhas gerais), na atual sociedade da informação? O cerne da presente obra é justamente trazer reflexão aos operadores do direito da atual necessidade de aproximar as relações existentes entre os ramos de direito civil, do consumidor e digital com os anseios sociais e entendimentos dos tribunais e magistrados, criando laços fortes no quesito do conceito de justiça e evolução social.

**O DIREITO À IDENTIFICAÇÃO ADEQUADA DAS PESSOAS
TRANSGÊNERO: UM DIREITO FUNDAMENTAL?**

RT 998: 495 - 515

*Maurilio Casas Maia
Rafael Marcílio Xerez*

RESUMO

O presente artigo expôs o direito à identificação adequada à identidade de gênero dos transgêneros. Concluiu-se que o direito à identificação adequada é direito fundamental decorrente do direito à isonomia, à liberdade, à dignidade, à saúde, à intimidade e do regime de prevalência dos direitos humanos. O método utilizado para a pesquisa foi o descritivo, com base bibliográfico-documental.

**A “GUERRA FISCAL” E OS EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE
INCONSTITUCIONALIDADE DOS BENEFÍCIOS E INCENTIVOS
FISCAIS RELACIONADOS AO ICMS**

RT 998: 519 - 544

*Barbara das Neves
Elisa Tomio Stein*

RESUMO

O presente artigo teve por objetivo a análise dos requisitos e implicações na concessão de benefícios e incentivos fiscais relacionados ao ICMS. Inicialmente, procurou-se demonstrar a distinção entre as desonerações que objetivam a simples renúncia de receitas e os incentivos que exigem contrapartidas e possuem finalidades atreladas aos objetivos constitucionais da solidariedade e justiça fiscal, sob uma perspectiva jurídica e econômica. Após, foram identificadas as diferentes implicações nas discussões acerca da constitucionalidade dessas desonerações na chamada “Guerra Fiscal” e as alternativas encontradas pela doutrina e demais intérpretes do direito para evitar prejuízos relacionados às referidas concessões. Por fim, analisou-se as inovações e críticas relacionadas à Lei Complementar 160/2017. A metodologia utilizada neste artigo foi a pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, com a técnica de pesquisa direta e método de abordagem dedutivo.

**DESPESAS COM TRATAMENTO E CORREÇÃO DOS ERROS DE REFRAÇÃO:
DEDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA**

RT 998: 545 - 557

Oswaldo Luís Caetano Senger

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo levantar algumas reflexões sobre a interpretação extensiva que há de ser dada ao art. 196 da Constituição Federal, no sentido de incluir, entre as despesas com saúde, para fins da declaração de ajuste anual do imposto de renda, aquelas destinadas à confecção de óculos e lentes corretivas. Será feita uma análise da legislação, da jurisprudência e de artigos científicos sobre o tema. Isso será possível somente mediante a alteração legislativa que permita a dedução, da base de cálculos do imposto de renda, dos pagamentos devidamente comprovados, para o tratamento e correção desses erros de refração.

**O LUGAR DA LINGUAGEM NO DIREITO: PROLEGÔMENOS SOBRE A
FILOSOFIA DA LINGUAGEM E SUA APLICAÇÃO NO DIREITO CONTEMPORÂNEO**

RT 998: 561 - 582

*Georges Abboud
Renato Mantoanelli Tesconi*

RESUMO

A partir de uma perspectiva histórica, o artigo objetiva introduzir o leitor à filosofia da linguagem e ao paradigma hermenêutico que deve guiar a interpretação e a aplicação do Direito contemporâneo.

LA PROTECCIÓN PENAL AMBIENTAL EN ECUADOR

RT 998: 585 - 619

*Alcides Antúnez Sánchez
Lenin Lucas Guanoquiza Tello*

RESUMO

El planeta está destruyéndose, los cambios generan presiones incontenibles provocadas por la acción indolente del hombre en no proteger de manera adecuada a la naturaleza, lo que incide en la deforestación de los bosques húmedos tropicales, la pérdida del suelo cultivable, la contaminación del aire y agua, el cambio climático, la destrucción de la capa de ozono, la pérdida de la diversidad biológica, la extinción de especies, el manejo inadecuado de los desechos tóxicos y basura en las ciudades. Ecuador, precia de ser uno de los países de mayor diversidad dentro de la región del Amazonas, para ello desde la Constitución Política de 1998, se reguló la protección al medio ambiente, potenciada en la Constitución Política de 2008, con la innovación jurídica de reconocer como sujeto a la naturaleza, en reconocimiento a los pueblos originarios a través del *sumak kwasay*, *suma quamaña*, en la *pacha mama*. El ensayo jurídico tiene como objetivo demostrar el reconocimiento expreso y tácito que tiene la naturaleza como sujeto en el texto constitucional ecuatoriano de 2008, lo que ha tributado a su desarrollo en el derecho sustantivo en el ordenamiento jurídico en la materia penal ambiental, incidente en la toma de medidas correctivas ante las conductas antijurídicas ejecutadas por personas jurídicas y naturales, contrarias a la protección de la Gaia. Se utilizaron los métodos de la investigación en su desarrollo, el de análisis síntesis, el histórico jurídico, el de inducción deducción, y el derecho comparado.

**A COISA JULGADA NO PROCESSO COLETIVO EM FACE DO
ART. 16 DA LEI 7.347/1985 E DOS ARTS. 94 E 103 DA LEI 8.078/1990**

RT 998: 623 - 629

Hugo Nigro Mazzilli

Resumo não disponível.

**ADICIONAL DO ICMS PARA FINANCIAR FUNDO DE COMBATE À POBREZA
NOS TERMOS DO § 1º DO ARTIGO 82 DO ADCT. NORMA DO § 1º DEPENDE
DE LEI COMPLEMENTAR AINDA NÃO EDITADA. NATUREZA JURÍDICA DO
ADICIONAL É DE IMPOSTO E NÃO DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.
INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI AMAZONENSE 4.454/2017.**

RT 998: 631 - 657

Ives Gandra da Silva Martins

Resumo não disponível.

A EGREJA E O ESTADO

RT 998: 661 - 677

Julio Cesar de Faria

Resumo não disponível.